

A MORTE DE JESUS NA CRUZ FAZIA PARTE DO PROJETO DE DEUS?

*Prof. Esp. Pe. Pietro Sartorel**
*Prof. Ms. Pe. Emilio César Porto Cabral***

Resumo

Partindo da constatação de que o conceito de Salvação, presente hoje na maioria das pessoas, passa pela imagem de um Deus que envia seu Filho para a morte, analisa-se o sentido do sacrifício no AT e NT mostrando afinidades e diferenças. Constatase como a Teologia de Ratzinger e o Catecismo da Igreja Católica concede pistas para se entender o sentido profundo da Redenção, compreendendo melhor a relação entre sacrifício e doação. Analisam-se os motivos contingenciais que levaram Jesus à morte de cruz e o seu aspecto profético-político, mostrando como esta foi consequência do pecado e não um programa pré-constituído, contribuindo, assim, para “desfazer” a imagem de um “deus carrasco” e valorizando mais os aspectos da Encarnação e de um Deus Amor, que deve estar mais presente nas homilias e catequese, convidando a assumir com maior força profética o seguimento de Jesus Cristo.

Palavras-chave

Sacrifício e sacrificalismo. Redenção. Morte de cruz. Profecia.

Abstract

Departing from de concept, present in the mind of greater number of our people today, that the Redemption takes us the image of a God that sends his Son to the dead, we analyze the meaning of the sacrifice in the OT and NT, showing their affinities and differences, we considered as the theology of Ratzinger and Catechism of Catholic Church offer ways to understand the deep mean of redemption, understanding better the relation between sacrifice and gift, we go to analyze the historical reasons that lead Jesus to the dead of cross and their political/prophetic aspects, showing as the dead of cross was a consequence of the sin and not a program before designed, contributing to destroy the image of a “cruel god” and giving more value to the mystery of incarnation and of a God Love, that must be more present in our catechesis and sermons, inviting to assume with more prophetic strength the following of Jesus Christ.

Keywords

Sacrifice and sacrificialism. Redemption. Death of cross. Prophecy.

1 - Introdução

De modo geral, o nosso povo católico (poderíamos dizer, de modo mais amplo, cristão, incluindo boa parte dos evangélicos) recebe como elemento fundamental da catequese e enraiza no seu imaginário religioso o mistério da morte de cruz por parte de Jesus como o fato de que “é esta morte” que nos salva, uma vez que Jesus morreu por nós. Quando se fala que “o sangue de Jesus nos lava, nos purifica dos pecados”, a maioria das pessoas entende que o Pai mandou o Filho para morrer na cruz e assim pagar a dívida que o nosso pecado causa, ofendendo a dignidade e o amor de Deus.

Existe o esquema: amor de Deus que se manifesta desde a criação; pecado da humanidade; ofensa a Deus; castigo como consequência da nossa ação errada e, também, concebido como remédio para aprender a lição e não haver recaída; impossibilidade de pagar a dívida, constituída pelo pecado por parte da humanidade; encarnação e morte de Jesus, Cordeiro imolado; pagamento da dívida e perdão de Deus Pai.

Esta ideia (ou mentalidade) teológica pode correr o risco de produzir a visão de um *deus* que quer “ver o sangue”, como preço a ser pago para cancelar a nossa dívida e perdoar o nosso pecado e assim poder salvar a humanidade. De fato, a maioria do nosso povo recebeu esta formação religiosa na catequese, pelos pais, pelos avós, sem poder se perguntar se isto é realmente o verdadeiro modo de agir de Deus.

Queremos nos perguntar se a morte de cruz de Jesus foi uma exigência *sine qua non* por parte de Deus Pai, para salvar a humanidade, ou se foi uma consequência da ação do próprio Jesus, assumido como ato de doação e de fidelidade ao Projeto que Deus tem para a humanidade e que Jesus veio proclamar. O teólogo italiano E. Balducci faz as seguintes considerações:

[...] com esta explicação lógica, se golpeavam dois mistérios fundamentais. O do Deus-Amor: como pode ser Amor um Deus que precisa que seja paga a dívida, e naquela maneira? Como podemos chamar Amor um Deus que precisa do nosso sofrimento para sentir-se pago? Se Deus é amor, não precisa dos nossos sofrimentos, como um pai, uma mãe não precisam, para sentirem-se pagos por eventuais ofensas, que os filhos sofram. Golpeava-se o mistério do amor. E também se golpeava outro mistério: o da pessoa humana. Porque Deus, nesta teologia ideológica, amava mais a ordem do que o homem. Era a ordem que devia ser restabelecida, e se, para restabelecer a

ordem, um homem devia ser sacrificado, se sacrificasse o homem. Estas ideologias nunca são inocentes, porque fazem de cobertura suprema para outras posições mais imediatas e mais terrenas. E nós conhecemos bem uma ideologia – que deixamos para trás, e Deus queira, para trás de verdade - em que a ordem conta mais do que a pessoa humana. Para restabelecer uma ordem, precisa das fogueiras e da guilhotina. Precisa dos açoites, das punições. Este conceito da ordem como supremo valor, ao qual tudo deve ser sacrificado, tinha, na teologia cristã, um sigilo a mais (1981, p. 381-382; Tradução livre – cfr. anexo 01).

Outras vozes se levantam contra a visão “sacrificialista” da redenção. A Modernidade nos obriga a uma revisão dos esquemas que, herdados de outro mundo cultural, perderam a coerência que tinham, e a Teologia deve “saldar este *déficit*” com toda a urgência. Continuar com o esquema – *paraíso, queda, castigo, redenção, tempo da Igreja, glória* - pode ter efeitos devastadores quando se entra no mundo secularizado e se expõe ao exame da racionalidade crítica. Este esquema perverte a imagem de Deus, diametralmente oposta à imagem do pai do filho pródigo pregado por Jesus, somando duas consequências terríveis: o mal fica convertido em “castigo” divino e a salvação é expressa como “preço” doloroso que o Filho teve que pagar por todos nós para “apaciar” a Deus (QUEIRUGA, 2007).

Por meio deste artigo, procuramos indagar se esta afirmação procede do ponto de vista da Escritura, da Tradição e do Magistério. Analisaremos o sentido do Sacrifício de Jesus nas Escrituras, principalmente na Carta aos Romanos e no Novo Testamento, no Magistério e em alguns teólogos modernos, levantando algumas perguntas para poder assim complementar esta visão e ajudar os cristãos na prática pastoral, sobretudo na catequese, sendo que, para o homem e a mulher modernos, este tipo de relação com Deus não é bem compreendido e aceito.

Também precisaremos acrescentar as nossas considerações com base na experiência martirial-profética da América Latina dos últimos cinquenta anos.

2 - Sacrifício e seu sentido

Parece-nos importante, no começo do nosso trabalho, analisar a história e o sentido do “sacrifício”, porque poderemos assim descobrir as diferenças entre os conceitos cunhados no Antigo e no Novo Testamento.

Parece que a religião patriarcal, nas suas origens, era uma religião de clã, na qual o Deus protetor do clã era o Deus principal. Nas populações das regiões por onde os patriarcas transitaram, existia o costume dos sacrifícios e, com toda a probabilidade, também na tradição dos patriarcas, havia esta prática, sem, no entanto, partilhar a ideia dos sacrifícios humanos. A narração do “sacrifício de Isaac” (Gn 22) parece confirmar este pensamento. Com toda a probabilidade, como para todos os povos semitas, o centro deste culto era o sacrifício animal que era realizado em qualquer lugar, pela mão do próprio chefe do clã. Entrando na Palestina, os patriarcas tiveram contato com vários santuários (Siquém, Betel, Bersabeia...) onde começaram a praticar o próprio culto, misturando, às vezes, com os cultos existentes, mas mantendo sempre a prerrogativa do culto à divindade ancestral (BRIGHT J, 2003).

De Vaux, no cap. XII, faz toda uma análise dos vários tipos de sacrifício que havia entre os povos circunvizinhos e cananeus. A exposição do ritual dos sacrifícios mesopotâmicos, dos antigos árabes e dos povos cananeus (De VAUX, 2002), nos mostra como o traço que une os rituais, israelita e cananeus, e os distingue dos outros rituais semíticos, é que, nos sacrifícios de animais, a vítima ou uma parte dela é queimada sobre o altar. Isto não existe nem na Mesopotâmia nem na Arábia, mas acontece entre os amonitas e moabitas, segundo as alusões da Bíblia. Continuando, o mesmo autor expõe uma teoria do sacrifício, acentuando que a religião de Israel atribuiu nova significação a formas de culto que recebeu em herança ou que adotou do exterior. Assim, com suporte nos textos do AT, sublinha alguns aspectos indicando o valor que o javismo dava ao sacrifício. O Sl 50,9-12 e 1Cr 29,14 exprimem a clara consciência de que tudo pertence a Deus e que, portanto, tudo o que temos é *dom* e, mesmo sem Deus precisar disso, o dom do sacrifício é algo que nos une a Deus, que aceita a dádiva. O segundo aspecto é o da comunhão expressa por intermédio do banquete no qual se come parte da oferenda: Gn 26,28-30; 31,44-54 e 1Cr 10,18 nos lembram de que o *zebah shelamim* é o sacrifício de comunhão ou de aliança. Por último, mas não o menos importante, há o sacrifício de expiação, o qual tenciona restabelecer as boas relações com Deus, quebradas pelo pecado. O texto de Lv 17,11 nos lembra de que o sangue, neste tipo de sacrifício, tem função importante.

Já no Antigo Testamento, porém, se levantam muitas vezes e se destacam ataques violentos de profetas contra os sacrifícios. São muitas as citações que poderíamos fazer dos profetas, mas trazemos só alguns exemplos: Isaías (1,11-17), Jeremias (6,20; 7,21), Oseias (6,6), Amós (5,21-

27), Miqueias (6,6-8). Eles opõem, também, aos sacrifícios vazios a necessidade da prática da justiça e do direito.

Concordamos com o que diz De Vaux (2002), quando assinala que não há oposição radical ao sacrifício como tal, ou ruptura entre os períodos anterior e posterior ao Exílio, e sim há a voz discordante do mau uso e de um entendimento religioso errado do sacrifício. Até os membros da comunidade de Qumran parece que celebravam algo parecido, mesmo tendo se separado do templo e do sacerdócio corrupto que tinha se instalado nele.

Assim também, Aíla Pinheiro mostra a distinção entre o sentido do sacrifício do AT e o do NT. A Paixão de Jesus não foi um ato ritual no sentido estrito: não aconteceu num lugar sagrado; não foi realizado por uma pessoa consagrada; não foi uma ação festiva para glorificar a Deus. Foi, no entanto, execução de uma sentença jurídica (a morte de um condenado), foi uma morte carregada de maldição e de opróbrio (cf. Hb 11,26). O sacrifício de Cristo na cruz (e o culto eucarístico cristão) está além do esquema levítico, pois é, antes de tudo, um sacrifício de louvor. O culto cristão tem centro em Cristo, mais precisamente, no Mistério Pascal. Esse culto não consiste, em primeiro lugar, no cumprimento de certas cerimônias, mas na transformação da própria existência. Assevera, contudo, que não há necessidade nenhuma de cerimônia é uma “postura ilusória”. Na Eucaristia, entram em comunhão a existência real de Cristo e a dos cristãos. O rito não tem valor em si mesmo. Seu valor vem do único sacrifício de Cristo, realizado uma vez por todas, pelo único sacerdote, cabeça e membros (PINHEIRO, 2003). A autora, portanto, não nega o valor sacrificial da morte de Cristo, mas acentua que este valor não pode ser constituído com base na ideia de sacrifício do AT. A mesma coisa acontece para a afirmação de que Jesus é sacerdote.

Com suporte em todas essas considerações, achamos razoável trazer algumas conclusões a respeito da primeira parte da nossa análise.

O sacrifício é uma expressão-necessidade da pessoa religiosa que brota da sua relação com Deus; mas é importante lembrar sempre o correto sentido do sacrifício (como também da Liturgia), para não ser somente uma ação exterior, não correspondente às exigências da Lei de Deus. Podemos analisar também que o sacrifício é algo que nasce da necessidade da pessoa humana de se sentir perdoada ou em comunhão com a força da divindade, antes do que uma exigência do próprio Deus

para se sentir “recompensado” pela ofensa recebida, e assim perdoar a falta cometida.

Por último, achamos que existe o perigo, sempre subjacente e concretamente possível, de que o sistema sacrificialista se torne um “sistema de dominação religiosa e econômica”, que responda a um projeto de apropriação do uso da religião, resumido, neste caso, no “projeto sadocita”, o projeto (e estrutura do templo que sustenta este projeto) contra o qual lutou e, nesta luta, deu a vida, Jesus, “o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29) (GALLAZZI, 2002). Será que na nossa Igreja não há espaço e possibilidade para que isso tenha acontecido e aconteça? Remetemo-nos a José Comblin, que dá uma resposta a este quesito, situada na parte final deste artigo.

Vamos agora ao segundo ponto da nossa indagação.

3 - A Redenção como centro da vida cristã

Com toda a certeza, o mistério da Redenção é situado no centro da vida cristã, porque toca de perto o mistério da Encarnação e da ação salvífica de Jesus que morreu “*por nós e pela nossa salvação*”, como reza o Credo Niceno-Constantinopolitano (sec. IV). A este respeito, escolhemos analisar a teologia de Joseph Ratzinger, que foi um dos que “prepararam” o CV II.

Claramente, Ratzinger desfaz a ideia de que a cruz esteja inserida num mecanismo em que se trata de um direito lesado e sucessivamente reparado. O fato da cruz aparece ao homem, neste raciocínio, como o fechamento de contas de uma contabilidade que deve dar a paridade entre o “crédito e o débito”. Neste sentido, percebe-se a “expição” imaginando Deus, de infinita justiça, como aquele que exige um sacrifício humano, enviando seu Filho para a morte. Afirma-se (e esta afirmação é muito valiosa aos fins da nossa reflexão) que esta visão é bíblicamente errada, porque na Bíblia a cruz aparece como expressão indicante da radicalidade do amor que se doa inteiramente, como um processo no qual alguém mostra a sua coerência de vida, vivida completamente como serviço aos outros. Na escritura, é expressa uma autêntica revolução em relação às ideias de expiação e redenção percebíveis em outras religiões não cristãs. Para afirmar o infinito amor de Deus e a sua ação salvífica, Ratzinger usa 2Cor 5,19, mostrando como não é o homem que se aproxima de Deus com a sua oferenda compensatória e sim é Deus que se achega ao homem para acolhê-lo. Pela iniciativa da sua potência amorosa, Ele reconstitui o direito e justifica a criatura humana. A justiça

de Deus é a Graça e aqui estamos na grande novidade do Novo Testamento: “*pois era Deus que, em Cristo, reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas e colocando em nós a palavra da reconciliação*” (RATZINGER, 2011, p. 208). Esta é a grande novidade que constitui a base da existência cristã e o centro da teologia da cruz. No Novo Testamento, a cruz mostra-se como um movimento descendente do mais alto para o mais baixo, que é a expressão do louco amor de Deus que se dispõe a fazer qualquer coisa, até a humilhação mais profunda, para salvar a humanidade.

O próprio Teólogo continua mostrando como no Novo Testamento, porém, aflora claramente algo que parece contradizer a sua afirmação: o conceito de sacrifício expiatório por parte da humanidade, em Jesus. Ele cita 1Pd 1,18-19 e 2,24, lembrando o preço que custou a nossa salvação, para que vivêssemos não mais segundo o pecado e sim pela justiça. O apóstolo Paulo escreve também que é pela obra do Filho que conseguimos a remissão dos pecados (Cl 1,13-14); e não podemos esquecer a Primeira Carta de João (1Jo 1,7; 2,1-2), onde se afirma que Ele nos purifica e é vítima de expiação pelos nossos pecados. É importante lembrar também a Carta aos Hebreus (9,13-14), onde se fala do sacrifício do sangue de Cristo que nos purifica dos nossos pecados.

Para fazer a síntese entre estas duas afirmações, Ratzinger (1969) mostra como os primeiros escritores interpretaram a cruz como um sacrifício expiatório segundo a teologia do Antigo Testamento, aspecto demonstrado na Carta aos Hebreus, onde se afirma que não é pelo sangue de touros ou cabritos, tampouco pela materialidade do sangue de Cristo, que se opera a salvação, e sim pela livre oferta da vontade de Jesus que se faz oferta de amor (Hb 10,5-7). Neste sentido, Ratzinger sustenta que a Carta aos Hebreus assevera a falência das religiões, porque em Cristo acontece a substituição dos sacrifícios com animais pelo dom de si mesmo, entrando no santuário celeste com o próprio sangue e doando o próprio “Eu” (Hb 9,11ss). Este sangue não deve ser entendido como dom material e sim como a concretização do amor infinito.

Ratzinger não se afasta muito desta linha de reflexão no seu livro mais recente sobre *Jesus de Nazaré*, no capítulo 8, quando trata da Morte de Jesus como reconciliação (expição) e salvação. Retoma as suas considerações levando em conta Rm 3,25-26, como texto fundamental:

Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria manifestar assim a sua justiça, pelo fato de ter

deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar a sua justiça no tempo presente para mostrar-se justo e para justificar aquele que é pela fé em Jesus.

Aqui, Paulo retoma uma tradição da primeira comunidade judaico-cristã, definindo Jesus como aquele cujo sangue serve de aspersão sobre a Arca da Aliança no rito expiatório do *yom kippur*. Diz o texto de Ratzinger: “Na Paixão de Jesus, toda a imundície do mundo entra em contato com o imensamente Puro... e o Puro revela-Se o mais forte, e aí a imundície do mundo é anulada”. (2011, p. 209). Em seguida, Ratzinger tenta responder à pergunta que nasce espontânea na mente do homem moderno: “Não é cruel um Deus que exige uma expiação infinita?”. Com origem no conceito de *hilasterion* (cfr. ZELLER, 1998), se deduz que o próprio Deus se apresta como lugar de reconciliação e, no seu Filho, carrega o sofrimento sobre si. O próprio Deus “*bebe o cálice*”. Esta é uma afirmação fundamental para entender o pensamento de Ratzinger e, sobretudo, para ter uma correta imagem de Deus como amor-doação.

Ele continua com a reflexão com suporte em Hb 10,5-7 (que, por sua vez, cita o Sl 40,7-9), explicando a ineficácia dos sacrifícios do AT e mostrando como já se fala em “obediência”, formulando a ideia de “sacrifício sob a forma de palavra”, porque a abertura do espírito humano para Deus é o verdadeiro culto. É continuamente frisado o fato de que não somos capazes de dar a Deus o que precisaríamos dar, e por isso o Filho se torna homem e, no seu corpo, reconduz a Deus a humanidade inteira. Esta busca dramática da Igreja nascente a respeito de como o homem pode se fazer reto diante de Deus responde não somente ao “porquê da cruz” como também ao aspecto existencial de como estamos envolvidos neste mistério, dando novo valor para a nossa vida (Rm 12). Em Romanos (15,15-16), continua com as consequências relativas ao sacerdócio e ao culto no qual Jesus Cristo se oferece a si mesmo e pode transformar o homem em dom para Deus. É neste sentido que é interpretada a Carta aos Filipenses: “Ainda que meu sangue tenha de ser derramado como sacrifício na liturgia da vossa fé, alegro-me e congratulo-me com todos vós” (2,17); Paulo é arremessado por meio do martírio para dentro da obediência de Cristo e no âmbito do verdadeiro culto.

São lembradas, também, como memória viva as palavras e as vidas de Santo Inácio de Antioquia (*como trigo de Cristo, moído no martírio*),

São Policarpo (*queimado no martírio, emanava o perfume como de um pão que coze*), e São Lourenço (ZELLER,1998).

É muito importante perceber como este Teólogo consegue penetrar profundamente o mistério da nossa Redenção, evidenciando esta relação de doação-amor que se estabelece de modo inefável entre Deus-Trindade e a humanidade. A voz da tradição se faz presente com a lembrança e o testemunho de tantos Mártires. Podemos chegar a dizer com ele que é o próprio Deus que... “morre na cruz” por nós.

4 - O Catecismo da Igreja Católica

Antes de tudo, o Catecismo se preocupa em afastar a ideia, presente por muito tempo nos séculos passados e ainda persistente na filosofia de muitos grupos da atualidade, de que os Judeus são os responsáveis pela morte de Jesus. Isto nos dá mais coerência quando se pode assim afirmar que “o nosso pecado” foi que matou Jesus (CAT. No. 595-600). Acreditamos que esta preocupação tenha sido reforçada também desde a trágica experiência do “Holocausto”, ferida ainda aberta na memória do povo judeu e na consciência de muitos europeus, sobretudo alemães. Vendo como andam as coisas no mundo atual, é útil demais inserir no Catecismo estas afirmações para desfazer eventuais restos de antijudaísmo nas cabeças dos católicos e fortalecer a ideia da responsabilidade comum.

O Catecismo continua mostrando como a morte violenta de Jesus faz parte do mistério do projeto de Deus (At 2,23), chegando até a falar em “predestinação”, sem deixar de lado a resposta livre de cada ser humano. Este projeto de Salvação tinha sido anunciado há séculos por meio da figura do “Servo sofredor”, descrito em Isaías¹ - “Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós...” (2Cor 5,21) - lembrando também um texto básico sobre este assunto, o de Rm 8,32². O Catecismo reafirma também a dimensão universal do Amor redentor, que se manifesta na oferta da vida toda de Jesus ao Pai, oferta abraçada livremente e que desemboca no sacrifício único e definitivo “*da nova Aliança*” (1Cor 11,15), no qual Jesus substitui a nossa desobediência pela sua obediência (CAT, No. 601-623).

¹ A este propósito é bom aprofundar a figura do Servo Sofredor em CROATTO S. 1998, p. 268-287.

² É interessante complementar a reflexão com o comentário que faz sobre este texto – Rm 8,31-39; CRANFIELD, 1992, p. 199-205.

Na verdade, o Catecismo reafirma a doutrina da Redenção como fruto da oferta de Jesus de si mesmo como resposta obediente por amor ao projeto do Pai.

Com tudo isso que analisamos e afirmamos, na confissão da fé da Igreja que recebemos e que professamos, parece-nos necessário ir além do significado puramente teológico, que indica o “*por quê e o para quê*” Jesus morreu, analisando assim somente a finalidade da sua Morte (a nossa Redenção) e Ressurreição e a sua relação com o Pai (obediência).

Achamos, porém, que parar neste ponto da nossa reflexão significaria valorizar e aceitar tudo o que foi dito até aqui, parte importante da nossa fé e do nosso *Magnificat* pela imensidão do Amor de Deus, mas pode significar também, como consequência paralela, o perigo do desenvolvimento de uma visão um tanto “monofisita” de Jesus, apresentando-o quase somente como Deus, que sabe tudo e pode tudo, gerando uma espiritualidade desencarnada e pietista, sem valorizar suficientemente o mistério da Encarnação.

É necessário dar alguns passos adiante, fazendo-nos a lógica pergunta complementar, desde o ponto de vista histórico: “Se Jesus não morreu, e sim foi assassinado” (morte matada) através de um julgamento injusto (At 2,23), “quem matou Jesus e por quê?”.

5 - Jesus e a sua atuação

Vamos começar esta parte aproveitando a reflexão que Schillebeeckx faz sobre a interpretação cristã do Crucificado Ressuscitado. Analisando a práxis de Jesus e os diferentes estádios do relacionamento entre ele e os seus discípulos, com o desenvolvimento da fé que eles professam, chegando a uma fé *pós-pascal*, este teólogo biblista, mesmo frisando as dificuldades da investigação exegética, nos lembra de como, já no tempo de Jesus, não havia somente *um* judaísmo sem nenhuma diátribe interna, dividindo-se fundamentalmente em dois grupos: um que tinha um conceito mais filosófico da *Torah* e outro que a aplicava de forma mais literal-fundamentalista. Provavelmente é este grupo mais fundamentalista que consegue situar Jesus sob a acusação de ter desrespeitado a Lei (Dt 17,12) e influenciar assim o resto do sínédrio que decidiu por maioria não só a sua condenação, como também a entrega do “seu compatriota” aos romanos, “agregando motivos políticos”. Neste sentido, Jesus foi efetivamente condenado por se haver mantido fiel à missão profética que

tinha recebido de Deus e por não responder por ela diante de qualquer outra autoridade (SCHILLEBEECKS, 1981).

Continuando, faz-se uma análise da relação de Jesus com a Lei nas tradições Marciana e da Fonte Q, comparando os três sinóticos. Nisso também tem que se levar em conta a consciência de Jesus, por quanto for possível aos nossos estudos. Olhando vários momentos cruciais da práxis de Jesus, como, por exemplo, a purificação do templo, a exposição sempre mais acirrada da Lei como amor a Deus e ao próximo, o autor chega a fazer a seguinte afirmação:

Sem entrar na impossível tentativa de analisar a psicologia de Jesus, a mensagem e a práxis dele nos oferecem suficientes elementos sobre a compreensão que ele tinha de si mesmo. Jesus atua em virtude de uma consciência profética muito acentuada, que lhe dá o impulso para anunciar a mensagem do iminente Reino de Deus; ao mesmo tempo, na sua realização de milagres mostra que este reino se aproxima. (SCHILLEBEECKS, 1981, p. 233).

Prosseguindo nesta linha de pensamento, vê-se que explicar as causas da morte de Jesus na história da salvação (e na sua progressão histórica) não chega ainda a dar-lhe uma finalidade soteriológica (como em Rm 4,25), mas é simplesmente colocar os discípulos diante da opção de afirmá-la como “acontecimento querido por Deus” e se dispor a imitá-lo (Mc 14, 27.38.66-72). Ainda mais, este tema adquire um significado especial em relação ao estado de angústia e de incompreensão dos profetas. Inclusive, no quarto cântico do Servo, se trata formalmente do profeta que sofre por causa da mensagem que anuncia.

A figura do Servo sofredor, do justo que padece, em Is 53, se aplica de maneira especial ao profeta individual ou coletivo (CROATTO, 1998) que sofre e é desprezado.

Em vários passos do AT, podemos constatar a presença deste tema: no Salmo 34, no livro da Sabedoria (caps. 2 e 5), em 2Mc com a narração do padecimento de vários mártires, mas sempre a morte do justo é vista como uma promessa de glória eterna. É importante lembrar estas convicções, já existentes no pensamento e reflexão do judaísmo, para ver como podiam ajudar os primeiros cristãos a compreender a morte de Jesus, na origem “das Escrituras” (SCHILLEBEECKS, 1981).

Podemos resumir esta parte do pensamento dizendo que ficam claros alguns aspectos: a estreita união entre o crucificado e o ressuscitado. Mesmo que não possamos precisar demais o “fato

histórico”, não podemos passar por cima do aspecto fundamental de *negatividade* inerente a esta morte, sobretudo quando isto significa recusar, ou perder, o significado da mensagem profética da vida de Jesus. Mais adiante o autor faz a seguinte reflexão:

Está certo que esta explicação cristológica de Jesus de Nazaré resultou ser uma necessidade interna (imposta pela própria figura de Jesus), porém, pode produzir perigosos efeitos concomitantes. A “cristologia” de Jesus de Nazaré pode em prática “congelar” ou neutralizar sua mensagem e sua práxis se esquecermos deste Jesus e se fica com um simples mistério cultural celeste: o grande ícone Cristo, tão elevado junto a Deus (e separado do mundo dos homens) que também Ele, Jesus Cristo, perde toda força crítica neste mundo. Tal atitude pode ignorar a intenção mais profunda do plano salvífico divino: que Deus quis sair ao nosso encontro de um modo humano, para que nós possamos encontrá-lo. Se queremos respeitar as intenções salvíficas de Deus, temos que submetê-lo à crítica do homem Jesus; só assim teremos uma visão do Deus vivo. Isto exige paciência, também no campo catequético. Para dizê-lo de outra forma: enquanto Deus quer mostrar-se em figura humana, nós nos empenhamos em colocar “entre aspas” esta humanidade para admirar um “ícone divino” do qual se eliminaram os aspectos do profeta crítico. (SCHILLEBEECKS, 1981, p. 629).

Na mesma perspectiva, vai também a reflexão de teologias luteranas: a “domesticação” de Deus era um dos assuntos favoritos da classe profética. Junto à crítica ao sistema opressivo que explorava viúvas, órfãos e pessoas empobrecidas, os profetas criticavam a idolatria. A crítica se dava também porque a elaboração desses ídolos permitia a sua fácil manipulação. A tradição bíblica veterotestamentária aponta os perigos de uma revelação divina que serve para justificar sistemas opressivos. O “evento Jesus” é único no sentido de assumir a humanidade na sua totalidade (“o Verbo se fez carne” – Jo 1,14). Deus adentra a realidade humana, assumindo-a completamente. Tal valorização do corpo, na encarnação, deslegitima o dualismo grego (DEIFELT, 2006).

Moltmann vai fundo nesta questão: de fato, Jesus “morreu” porque, segundo o juízo da lei, era um blasfemador. Jesus tem, na verdade, experimentado na cruz, justa ou injustamente, a morte política do subversivo. E, ao final, se encontra nele a contradição com aquele Deus que se desvela por via da criação e das suas obras na história: Jesus morreu no abandono por parte de Deus. Se for mesmo neste lugar que nasce a fé, no entanto, então o homem procura Deus na lei ou pela vontade de poder político ou dominação sobre o mundo; encontrando-se

com o Crucificado, ele se faz livre do interesse legalístico, da vontade de poder e de dominação sobre os outros. Encontrando-se com o crucificado, o homem se rende livre da autodivinização imediata. Por isso, a teologia da cruz não poderá ser outra coisa que teoria polêmica, dialética, antitética e crítica.

O apóstolo Paulo desenvolve claramente o conceito de justificação pela fé e não pelas obras, mas a sua polêmica vai mais fundo, refletindo sobre a condição do “não homem” que não pode admitir que Deus seja Deus e a palavra da cruz nos traz a revelação da força que está na fraqueza e na loucura do Deus crucificado (MOLTMANN, 2008).

Moltmann (2008) insiste no aspecto essencial para a nossa análise, que a “História como lembrança” e a “História como esperança” não se opõem, mas devem se integrar naquela “esperança no modo da lembrança” que caracteriza a fé cristã. Trata-se de uma questão histórica, mas também teológica, porque cada cristão deve se perguntar se sua fé em Cristo é verdadeira e responde à realidade de Jesus, ou se Ihe foi ensinado ou ele próprio substituiu Jesus por algo diferente, como uma ideia, um espírito, um fantasma. O apóstolo Paulo percebeu este perigo da substituição de Jesus por um ser espiritual, presente na Comunidade de Corinto, e respondeu com o anúncio do Crucificado. Sem estabelecer um conflito ou uma separação entre os dois, ele reforça a identidade entre o Senhor elevado aos céus e Jesus crucificado.

Esse autor passa depois a afirmar com força que a morte de Jesus não foi um fato sem fundamento que se pode interpretar à vontade, mas se deve subir até às “*causae crucis*”, para compreender as razões pelas quais Jesus foi condenado, e as apresenta assim: Jesus e a sua relação com a Lei fizeram dele um *blasfemador*; a posição que Jesus assumiu em relação ao poder (sobretudo religioso, mas também político e econômico) fez dele um *arruaceiro e revolucionário* (neste sentido, até os discípulos tiveram muitas dificuldades em entender que tipo de Messias era Jesus, lembrando os pedidos de posições importantes no Reino futuro e fugindo até o fim do que podemos chamar o caminho para a cruz). Neste sentido, também Sloyan, no seu livro, faz esta mesma análise mostrando como Jesus entrou em conflito aberto com as pessoas que exerciam o poder e o controle sobre o sistema do Templo (SLOYAN, 2006).

O terceiro ponto que Moltmann (2008) exprime é a relação de Jesus com Deus. Ele experimenta o *abandono por parte de Deus*. Jesus morreu com todos os sintomas do pavor mais atroz e o grito que encontramos em

Mc 15,34 (traduzindo o Sl 22,2) não é somente o grito que expressa o sofrimento de uma pessoa morrente, e sim a angústia de alguém que se sente abandonado “pelo Pai”. Neste sentido, temos de admitir que Jesus viveu a dimensão da fé, e fé cega, a não ser que se faça dele um “ator” que morre com medo do sofrimento, mas sabendo que tudo se resolverá “às mil maravilhas” com a ressurreição. As Escrituras nos lembram abundantemente como Jesus teve que crescer, aprender pela obediência, procurar caminhos, vencer as tentações.... Na hora da cruz, caem todas as certezas; o que sobra é somente a confiança no amor do Pai que assinará embaixo todo o percurso da sua vida.

Aqui temos que adentrar a questão das duas naturezas de Jesus Cristo e na teologia trinitária da cruz. Moltmann (2008) faz uma reflexão sobre o aspecto do “abandono” por parte de Deus (Rm 1,18-28) como também a respeito do anúncio da justiça divina e redentora no Cristo crucificado. O Pai fez de Jesus “pecado” (2Cor 5,21) e “maldição” (Gal 3,13) por nós. Expressa-se aqui o fato de que o Pai, entregando Jesus, abandonando-o, entrega também si mesmo. Em Rm 8,31-32, porém, Paulo afirma: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”. Nesta reflexão, as ideias de Moltmann se coadunam bastante com o raciocínio do teólogo Ratzinger, expresso há pouco.

José Comblin também revela como teoria não procedente o fato de que Jesus teria nascido para depois morrer como vítima sacrificial. Estaria Deus ligado por uma lei de fatalidade mais forte do que ele mesmo, uma lei que exigiria o preço do sangue? Continua afirmando que o que “fala neste sentido” não é a Palavra de Deus e sim o inconsciente. O inconsciente é mais forte do que a razão, e na religião as pessoas estão dispostas a aceitar o mais absurdo, porque o sagrado justifica tudo e permite que o inconsciente predomine sobre a razão. Continua afirmando que o que provocou toda esta confusão foi o recurso ao Antigo Testamento e a todo o seu aparelho sacrificial. Neste se atribuem a Deus a fundação do sistema do culto com o templo, o sacerdócio e o sacrifício. A este respeito acreditamos que esta “confusão” acontece quando se aplicam as normas do AT, transferindo-as de uma cultura para outra de forma obtusa e literal, ou até tendenciosa. Nos tempos de Jesus, tudo isso sustentava o sistema de domínio sobre a vida política, econômica e religiosa de Israel. Se com os sacrifícios não se obtinha o cancelamento da dívida, com a morte de Jesus resultaram consequências positivas porque “do sangue saiu a vida”. Em nenhum momento, todavia, a morte de Jesus (no seu aspecto histórico) aparece como um ato de culto, ato

religioso: não houve nenhum sacerdote para imolar Jesus e não foi no Templo que ele morreu. Nunca Jesus expressou a consciência de ser um animal a ser sacrificado, mas tudo indica que ele foi eliminado por uma “razão de estado”. Por isso, os evangelhos evocam a morte de Jesus historicamente: de acordo com os evangelhos, Jesus foi morto porque foi fiel à sua missão. Ele quis enfrentar o sistema religioso dominante e condenou todo o sistema religioso das elites judaicas. O valor da morte de Jesus foi a fidelidade inabalável, a força da fé, a confiança absoluta no Pai, mesmo na noite escura da cruz. E Deus o fez Salvador porque ele mostrou fidelidade na sua missão (At 2, 33.36; 4,12; 10,42), missão que foi proclamar a verdade sobre Deus que é amor gratuito, perdoa tudo e estabelece o seu Reino para os que seguem a verdade (COMBLIN, 2006).

6 - Considerações Finais

A este ponto da nossa pesquisa, podemos deduzir algumas conclusões que nos parecem suficientemente claras.

O princípio do sacrifício, como “oferta de vida” para conseguir vida e apaziguar a divindade “ofendida”, é um conceito pagão, ou pelo menos ligado a uma aplicação errada da experiência religiosa do Antigo Testamento. Por isso, na qualidade de “Pai amoroso e Fonte do Amor”, Deus não podia enviar seu Filho para ser sacrificado, derramando o seu sangue, para sentir-se aplacado e cancelar as nossas “dívidas”. Este aspecto de Deus não seria reflexo da “Fonte de Amor”.

Jesus veio para anunciar a Boa Nova e instaurar o Reino do Pai (Lc 4,16-21; 4,43-44), Reino de paz e de justiça, retomando na sua prática a linha profética. Para realizar esta missão, bateu de frente com o poder religioso, civil e econômico e, por isso, foi assassinado por meio de uma condenação injusta. Portanto, quem matou Jesus não foram simplesmente “os judeus” e sim todo o pecado da ganância, poder, uso inapropriado da religião, vontade de dominação... esta realidade do mal que se condensou naquelas estruturas e naquele momento histórico.

Expressamos, por oportuno, como reflexão também as palavras finais do livro de Babut (2001, p. 122):

Por acaso o Deus de Jesus Cristo instiga os seus a exaltar seu poder? Não lhes pede, antes, que reconheçam seu amor, que vivam dele e o irradiem? A “geração má e adúltera que reclama um sinal” (Mt 12,39 e 16,4), “geração incrédula” (Mc 9,19), “adúltera e pecadora” (Mc 8,38), não seríamos nós, hoje, impondo teimosamente a *máscara* da

onipotência ao Deus que se nos revela pela face do Cristo crucificado?... O Deus de Israel e de Jesus, decididamente, não alardeia poder irresistível, sempre iminente. Dá-se a conhecer ao mundo por um projeto propositadamente alheio à dominação e, sobretudo, à onipotência, porque contesta com determinação as relações de força na organização da vida. O reino que ele propõe é diferente de todos os outros. Aí está sua loucura. Oxalá seja também a minha, a nossa, a loucura de sua Igreja, em todas as suas formas, em suas múltiplas denominações. Tomara que a ideia, a palavra "onipotência" morra como Jesus, a fim de que, por uma espécie de ressurreição (Hb 11,19), a Boa Nova do amor de Deus volte a ser uma mensagem de libertação e de vida, não apenas para um privilegiado grupo de fiéis, mas para os homens e as mulheres de todas as etnias, de todas as línguas, de todas as culturas (Ap 7,9).

Por fim, trazemos algumas considerações que podemos deduzir como fruto da nossa pesquisa.

A reflexão teológica e bíblica dos diferentes teólogos tomados em consideração nos mostra como há uma convergência a respeito do sentido salvífico da morte e ressurreição de Jesus. É pela sua Morte e Ressurreição que somos salvos. Não podemos, porém, deixar de lado a reflexão sobre o motivo histórico contingencial que levou Jesus à morte de cruz, sob pena de "perder" o seu sentido profético-político que nos ajuda a encarná-lo na "nossa" história atual (GS 1; 3). A fidelidade de Jesus, portanto, não consistiu puramente em "morrer na cruz" e sim em ir até o fim no anúncio da sua proposta, sem arredar o pé ("Querem ir embora vocês também?" Jo 6,67), com a clareza e a "*parresia*" dos profetas. Se a morte de Jesus, de um ponto de vista histórico, é parecida com a de qualquer outro mártir, inclusive não cristão, ela assume um valor universal porque nela é o próprio Deus que se doa.

Com fundamento em tudo isso, é urgente rever e completar muitas colocações feitas na nossa catequese e na nossa homilética: somos justificados, salvos e redimidos pela Graça do Amor de Deus, e no Batismo, portanto, como cristãos e seguidores de Cristo, somos feitos "membros de Cristo, e com Ele, Sacerdotes, Profetas e Reis". Por estas razões, temos que recuperar na nossa espiritualidade o sangue de tantos mártires da nossa América Latina, que podiam "voltar atrás e ficar calados", mas, como Jesus, foram até o fim e pagaram com a vida a fidelidade ao Projeto de Deus para o estabelecimento do seu Reino, num serviço de Amor aos irmãos (LG 31; 35). Por fim, temos que "desfazer" a imagem de um Deus que envia seu Filho para morrer da forma

sacrificialista, para sermos mais coerentes com a imagem de um Deus de Amor que se doa para nos dar a Vida.

Referências Bibliográficas

BABUT, Étienne. *O Deus poderosamente fraco da Bíblia*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

BALDUCCI, Ernesto. *Il mandorlo e il fuoco*. Vol: 2º – Roma: Ed. Borla, 1981.

BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Ed. Paulus, 2003 (VII edição).

EDIÇÃO TÍPICA VATICANA. *Catecismo da Igreja católica*. São Paulo: Ed Loyola, 2000.

COMBLIN, José, em *Teologia Latino-americana pluralista da Libertação*. São Paulo: Ed Paulinas, 2006.

CRANFIELD, C. E. B. *Carta aos Romanos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

CROATTO, Severino. *Isaias, Vol. II: 40-55*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

DE VAUX, R., *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Editora Teológica, 2002.

DEIFELT, Wanda, em *Teologia Latino-americana pluralista da Libertação*. São Pau, Ed. Paulinas, 2006.

DOCUMENTOS DO CV II: LG E GS.

GALLAZZI, Sandro. *A Teocracia sadocita, sua história e ideologia*. Macapá, Gallazzi, 2002.

MOLTMANN, Jürgen. *Il Dio crocifisso*. Brescia (I): Ed. Queriniana, 2008.

PINHEIRO, Aíla Luzia de Andrade. *Sombra e Realidade (Dissertação de Mestrado)*, Faculdade de Teologia, Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, BH 2003.

QUEIRUGA, Torres Andrés. *Esperança apesar do mal*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré (Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição)*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2011.

_____. *Introduzione al Cristianesimo*. Brescia: Ed. Queriniana, 1969, nova Ed. 2000.

SCHILLEBEECKS, Edward. *La História de um Viviente*, Madrid: Ed. Cristiandad, 1981.

SLOYAN, S. Gerard. *Por que Jesus morreu*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2006.

ZELLER, Dieter. *La lettera ai Romani*. Brescia (I): Ed Morcelliana, 1998.

Bibliografia Complementar

FRANÇA, Ágda. *A cruz em Paulo*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2010.

MUÑOZ, Ronaldo. *O Deus dos Cristãos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

SOBRINO, Jon. *Jesus o libertador*. Tomo III, I A história de Jesus de Nazaré. São Paulo: Ed. Vozes, 1994.

ANEXO

Anexo 01 – “con questa spiegazione logica, si colpivano, nel cuore, due misteri fondamentali. Innanzitutto quello del Dio-Amore. Come può essere Amore un Dio che ha bisogno che si paghi il debito, e in quella maniera? Come possiamo chiamare Amore un Dio che ha bisogno delle nostre sofferenze per sentirsi appagato? Se Dio è amore non ha bisogno delle nostre sofferenze, come un padre, una madre, non hanno bisogno, per sentirsi appagati di eventuali offese, che i figli soffrano. Si colpiva il mistero dell'amore. E poi si colpiva, un altro mistero: quello della persona umana. Perché Dio, in questa teologia ideologica, amava più l'ordine che l'uomo. Era l'ordine che doveva essere ristabilito, e se, per ristabilire l'ordine, un uomo doveva essere sacrificato, si sacrificas-se l'uomo. Queste ideologie non sono mai Innocenti, perche fanno da copertura suprema ad altre posizioni più immediate e più terrene. E noi conosciamo bene una ideologia - che abbiamo alle spalle, e Dio voglia, soltanto alle spalle - in cui l'ordine conta più che l'uomo. Per ristabilire un ordine ci vogliono i roghi e la ghigliottina. Ci vogliono le fruste, le punizioni. Questo concetto dell'ordine come supremo valore, a cui tutto va sacrificato, aveva, nella teologia cristiana, un sigillo in più”. (BALDUCCI, Ernesto: *Il mandorlo e il fuoco*. Vol: 2° – Roma: Ed. Borla, 1981).

**Prof. Esp. Pe. Pietro Sartorel*

Especialista em Bíblia na FCF.

Professor da Faculdade Católica de Fortaleza-FCF

***Prof. Ms. Pe. Emílio César Porto Cabral*

Mestre em Teologia Bíblica pela

Pontifícia Universidade Urbaniana-Roma

Professor da Faculdade Católica de Fortaleza-FCF